

Rádio escola e Educomunicação: um estudo de caso

Radio school and Educommunication: a case study

Paulo César Pedroza MARQUES¹

João José de Santana BORGES²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender os principais conceitos de uma nova área de conhecimento denominada Educomunicação. Para isso, traz uma breve fundamentação do campo em estudo, evidenciando as principais referências na área, bem como experiências práticas que tenham como base a perspectiva educacional. Dessa forma, será apresentado um estudo de caso realizado em uma escola pública estadual da periferia de Juazeiro-BA, a qual, através de um projeto de rádio escola, alega implementar a Educomunicação.

Palavras-chave: Educomunicação. Estudo de caso. Rádio escola.

Abstract

This article aims to understand the main concepts of a new field called Educommunication. To this end, it provides a brief rationale of the field study, showing the main references in the area as well as practical experiences that are based on education perspective. Thus, it will be presented a case study in a public school on the outskirts of Juazeiro-BA, which, through a school radio project alleges implement Educommunication.

Keywords: Educommunication. Case study. Radio School.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) da UNEB. E-mail: paulocpedroza@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do PPGESA-UNEB. E-mail: jjborges@uneb.br.

Introdução

A Educomunicação é um campo relativamente novo que começa a ser sistematizado a partir dos anos 1990, sobretudo através do trabalho de pesquisadores do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP). Entre esses pesquisadores, destaca-se o professor Ismar de Oliveira Soares, considerado, atualmente, a principal referência em Educomunicação.

Embora a sistematização dessa área de conhecimento tenha ocorrido nos anos 1990, mais especificamente entre 1997 e 1998³, os estudos da interface Comunicação e Educação remontam ao início do século XX, quando, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, os trabalhos com “media literacy” e “media education” ganharam força. Na América Latina, pesquisas e experiências práticas em Comunicação/Educação também começam a conquistar espaço a partir dos anos 1980, através de nomes como Mário Kaplún, Paulo Freire e Jesús Martín-Barbero.

Este artigo busca possibilitar a compreensão da proposta educacional através de uma breve explanação sobre essa área de interface que envolve os campos da Educação e Comunicação. Em seguida, descreve o estudo de caso realizado numa escola pública estadual, localizada na periferia de Juazeiro (BA), que procura desenvolver um projeto de rádio escola a partir da perspectiva da Educomunicação.

A descrição do cenário pesquisado resulta de dois meses de acompanhamento e observação das atividades de rádio escola desenvolvidas na instituição. As contradições entre o projeto em execução e o projeto idealizado, assim como o distanciamento entre a prática proposta pelo Programa Mais Educação (PME) e os meios disponibilizados para o cumprimento do programa, serão aqui expostos.

O diagnóstico resultante de todo o processo de pesquisa irá ajudar o leitor a entender melhor as reais transformações que a inserção das ferramentas comunicacionais pode provocar no ambiente educativo, de acordo com a realidade em

³ Entre os anos de 1997 e 1998, Ismar de Oliveira Soares através do NCE-USP, coordenou pesquisa desenvolvida junto a 178 especialistas de 12 países das áreas de Comunicação e Educação, utilizando-se de questionários exploratórios e entrevistas em profundidade. A pesquisa resultou na sistematização do pensamento educacional.

estudo. Podendo também auxiliar docentes e discentes a compreender como se dá a prática educomunicativa no município de Juazeiro, localizado no semiárido baiano.

1 Educomunicação: a construção de um novo campo

São várias as discussões em torno da Educomunicação, pois alguns a encaram como a mera inserção de ferramentas tecnológicas em espaços educativos, enquanto outros a limitam a uma crítica da mídia ou a uma educação para os meios. Nenhuma dessas respostas está errada, porém, se forem encaradas isoladamente, limitam a abrangência de um campo muito mais amplo, que inclui também a gestão da comunicação em ambientes educacionais e a reflexão epistemológica.

De acordo com Ismar de Oliveira Soares, através de seu artigo “Afinal, o que é educomunicação?”, o espaço educomunicativo pode ser definido como:

...todo o conjunto de ações e reflexões inerentes ao desenvolvimento de “ecossistemas comunicativos” abertos e colaborativos, possíveis graças à gestão democrática dos recursos da informação, e que tenha como meta a prática da cidadania, presente no exercício da expressão comunicativa por parte de todos os agentes sociais envolvidos. Em decorrência, a educomunicação se materializa em “áreas de intervenção”, podendo o profissional ser um perito em uma ou mais destas áreas. (SOARES, s.d., p.2).

Nas denominadas “áreas de intervenção”, o profissional em Educomunicação pode desenvolver diversas atividades, não se limitando às escolas, mas abrangendo também museus, secretarias de educação e cultura, empresas de comunicação, como TV’s e Rádios, principalmente emissoras educativas, além do Terceiro Setor, em ONG’s e Associações, trabalhando assim com uma educação para a comunicação, que busca formar receptores mais críticos e ativos, preparados para lidar com o grande número de informações e produtos da indústria cultural (SOARES, 2003).

Segundo Soares (s.d), alguns princípios são essenciais para entender a Educomunicação, sendo alguns deles: compreender a comunicação como condição essencial ao processo educativo, e não apenas como ferramenta ou recurso a serviço da didática; democratizar os recursos da informação, seja na escola ou nas emissoras; valorizar ações participativas que busquem ampliar as formas de expressão

cultural das coletividades; reconhecer o direito da “comunidade educativa” aos recursos da comunicação, assim como oferecer o suporte adequado para o seu manuseio; e principalmente colocar toda essa prática a serviço da cidadania, em contraposição a processos persuasórios utilizados pela propaganda.

Assim, através dos princípios citados, é possível notar a interdiscursividade e polifonia inerentes ao processo educomunicativo, que compreende a comunicação como componente indispensável a uma educação transformadora, considerando o ser humano um ser de natureza relacional/cultural, e, portanto, comunicativo. Conceito este abordado por Paulo Freire, no clássico “Extensão ou comunicação?”, escrito em 1968, no Chile, e que faz parte dos componentes fundamentais responsáveis por definir a Educomunicação, que

absorve seus fundamentos dos tradicionais campos da educação, comunicação, e de outros campos das ciências sociais, superando, desta forma, as barreiras epistemológicas impostas pela visão iluminista e funcionalista de relações sociais que mantêm os tradicionais campos do saber isolados e incomunicáveis. Trata-se, na verdade, de uma perspectiva de análise e articulação em permanente construção, e que leva em conta o contínuo processo de mudanças sociais e de avanços tecnológicos pelos quais passa o mundo contemporâneo (SOARES, 2003, p.44).

Nesse sentido, considerando “o contínuo processo de mudanças sociais e de avanços tecnológicos”, a Educomunicação fundamenta suas metas utilizando o diálogo e a gestão participativa nas tomadas de decisões; a livre expressão dos atores sociais; e o livre fluxo informacional; atribuindo desta forma à comunicação “uma intencionalidade educativa a partir de um compromisso social definido”, ampliando assim “a capacidade expressiva das pessoas independentemente da condição social, grau de instrução ou inserção no mercado” (SOARES, 2003, p.24).

Esses princípios básicos que compõem o campo, segundo Soares, foram colocados em prática inicialmente pelos movimentos sociais de meados do século XX, possibilitando a discussão de temas relevantes nos veículos alternativos, já que os Meios de Comunicação de Massa (MCM) e até mesmo as emissoras educativas, não discutiam questões relacionadas à democracia, cultura, desigualdade social, meio ambiente e tantas outras temáticas. Percebe-se, desta forma, o pioneirismo dos movimentos sociais

em “ações educomunicativas”, mesmo antes da sistematização teórica deste campo na academia.

A Educomunicação nos movimentos sociais se dava, sobretudo, por meio da comunicação popular e alternativa, que viabilizava a inserção dos sujeitos nos processos comunicacionais e, conseqüentemente, nos debates políticos contemporâneos. Através de mecanismos participativos na gestão comunicacional, as pessoas passavam a exercer também o papel de emissores e produtores da informação, passando assim, a ter conhecimento das várias etapas antecedentes à veiculação de conteúdos, e, por conseguinte acabando por desenvolver um olhar mais crítico frente à exposição midiática (PERUZZO, 2007).

A comunicação popular proporcionava uma formação continuada dos atores envolvidos nos movimentos sociais, oferecendo acesso a visões de mundo diferenciadas, frequentemente abordadas de forma reducionista pelos MCM. As formações possibilitavam a compreensão de realidades nacionais a partir do local, da contextualização, fazendo com que os sujeitos tomassem consciência de como os grandes debates político-econômicos do país estavam presentes no seu cotidiano. Ou seja, os movimentos sociais transformam os meios alternativos e populares de comunicação em mecanismos de educação popular “que buscam reforçar a autonomia dos cidadãos, sua capacidade de analisar e contrapor ideias e, portanto, de participar do debate público” (SUZINA, 2013, p.16-17).

Hoje, no Brasil, a Educomunicação vem se firmando teórico/empiricamente, mas ainda enfrenta inúmeros desafios, principalmente em relação à prática educomunicativa nas escolas (embora a Educomunicação não esteja restrita a ambientes formais), onde encontramos professores sem formação adequada, reflexo de uma geração que partilha de diferentes formas de apropriação da mídia não condizentes com o atual cenário tecnológico; além de um espaço físico escolar que na maioria das vezes não disponibiliza condições mínimas para o exercício educomunicativo. Equipamentos básicos, como computadores com acesso à internet, ainda não fazem parte da realidade de muitas escolas públicas do país. Como trabalhar a comunicação neste cenário?

Como pode haver a formação de um cidadão participativo e consciente em termos político-democráticos, se o educando não tem oportunidades de visualizar, entender e vivenciar práticas políticas, que necessariamente envolvem diversos processos de comunicação?

As mídias e as TICs são centrais na sociabilidade. O ensino para a leitura crítica e para a apropriação desses veículos pelos educandos no meio escolar, com uma finalidade ética e reveladora é mais relevante. (MARTINS, 2012, p.31)

O meio escolar deve ser o ambiente adequado para o exercício de uma educação dialógica, entretanto, para isso, faz-se necessário pensar estratégias contextualizadas que integrem a realidade de educadores e educandos ao atual cenário midiático/cultural. A Educomunicação como instrumento de transformação social e promoção da cidadania se mostra como uma prática necessária e cada vez mais urgente, principalmente em um país como o nosso, onde crianças passam cada vez mais horas expostas às mídias, e, na maioria das vezes não são instigadas a pensar criticamente os conteúdos transmitidos.

No Brasil, de acordo com o Painel Nacional de Televisão, do Ibope Media, em 2014 o tempo médio de exposição diária à TV, por crianças e jovens entre 04 e 17 anos foi de 5h35min. Ou seja, mais tempo do que elas costumam passar na escola. Em relação à internet, de acordo com dados do IBOPE Nielsen 2012, as crianças brasileiras entre 02 e 11 anos são as que passam mais tempo expostas à rede, permanecendo em média 17 horas semanais na frente do computador, representando 14,1% dos usuários ativos da internet.

Sobre esse aspecto, Maurício Andrés Ribeiro, em seu artigo intitulado “Consumismo infantil e descondicionamento da consciência”⁴, ressalta que “a percepção do mundo, condicionada pela educação, pela comunicação e pela ambiência cultural, forma os pensamentos e a consciência, que dão origem às demandas de consumo”. Sendo assim, a Educomunicação, principalmente através de uma educação para/pela mídia se faz fundamental, incentivando o envolvimento de crianças e jovens em processos participativos de comunicação que lhe ofereçam subsídios para o despertar de uma consciência crítica frente aos meios.

⁴Artigo publicado no site “Consciência e consumo”, disponível em: <http://conscienciaeconsumo.com.br/consciencia/consumismo-infantil-e-descondicionamento-da-consciencia/>

2 Rádio escola e educomunicação: um estudo de caso

Tendo como base os princípios da Educomunicação, acompanhei durante dois meses, através de estudo de caso, as atividades de rádio escola desenvolvidas em uma instituição estadual de ensino, localizada no bairro Alto da Aliança, na periferia do município de Juazeiro-BA. O objetivo era entender como, na prática, funcionava um projeto de rádio escola que se dizia “educutivo”. Quais os resultados advindos dessas experiências? Como as metodologias educutivas têm sido aplicadas nas escolas públicas locais? Por que muitos projetos de Educomunicação não resultam em mudanças efetivas na relação dos jovens com a mídia?

Esses questionamentos foram decisivos para a escolha do estudo de caso como método de pesquisa. Cesar (2005, p.7) defende o método como ideal para responder questões de pesquisa as quais girem em torno do ‘como’ e ‘por que’ dos acontecimentos, envolvendo assim a “análise da evolução de um fenômeno ao longo do tempo”. Além disso, adotando essa mesma perspectiva, o estudo de caso é pensado enquanto investigação empírica abrangente que possibilita a coleta e análise de dados de um caso único ou de múltiplos casos, adequando-se, portanto, à proposta deste trabalho.

Pode-se dizer que os estudos de caso têm algumas características em comum: são descrições complexas e holísticas de uma realidade, que envolvem um grande conjunto de dados; os dados são obtidos basicamente por observação pessoal; o estilo de relato é informal, narrativo, e traz ilustrações, alusões e metáforas; as comparações feitas são mais implícitas do que explícitas; os temas e hipóteses são importantes, mas são subordinados à compreensão do caso. Assim, um estudo de caso é mais indicado para aumentar a compreensão de um fenômeno do que para delimitá-lo; é mais idiossincrático do que pervasivo; e apesar de ser usado na construção de teorias, pode não ser o melhor método para isto (CESAR, 2005, p.6).

Assim, visando ampliar a compreensão sobre a realidade estudada, utilizando-se também de entrevistas e observação pessoal, tornou-se possível realizar uma breve descrição e análise de todo o processo resultante das visitas à escola.

Durante o primeiro mês de acompanhamento, que teve início no dia 1º de outubro de 2014, foram realizadas visitas trissemanais, em turnos variados, observando

a programação da rádio escola pela manhã e à tarde. A partir do mês de novembro, as visitas passaram a ser bissemanais, devido a mudanças na programação da rádio escolar. Esse modelo seguiu-se até o último encontro, realizado no dia 28 de novembro.

A instituição desenvolvia o projeto de rádio vinculado ao Programa Mais Educação (PME), desde o ano de 2012. Antes mesmo dessa data, em 2009, a instituição já tinha elaborado um projeto de rádio escola independente, que, segundo a vice-diretora, foi aprovado como o melhor do estado pela Secretaria de Educação (SEC). Porém, nunca foram enviados recursos que possibilitassem o desenvolvimento do projeto idealizado, o que só se tornou possível através do PME.

Essas e outras informações foram fornecidas durante visita realizada no dia 30 de setembro de 2014, onde a vice-diretora e o monitor do PME apresentaram o projeto escrito⁵ da rádio escola, e forneceram a programação diária a ser exibida no intervalo das aulas. Cada dia da semana teria uma programação diferente, envolvendo músicas e notícias, e, segundo o monitor, contando com participação ativa dos estudantes. Esses relatos foram fundamentais para a escolha da referida instituição.

2.1 Acompanhamento das atividades: breve relato

A programação da rádio escola era predominantemente musical, e diferentemente do que dizia o projeto idealizado, as notícias não eram contextualizadas, limitando-se à cópia e leitura de textos retirados da internet, sem qualquer adaptação para a linguagem radiofônica e sem pensar no público alvo do projeto: os estudantes. Durante todos os programas, nunca foram divulgadas notícias sobre a escola ou sobre o bairro. As informações transmitidas tinham abordagens nacionais, e, raras vezes, regionais, tratando de temas variados, como: política, economia, cidades e etc.

Era perceptível o desinteresse dos estudantes pelas notícias veiculadas na rádio escolar. No decorrer da programação, transmitida por duas caixas de som localizadas no pátio, os discentes conversavam com os colegas, corriam, gritavam e mostravam-se totalmente alheios aos conteúdos transmitidos. Muitos se sentiam incomodados com o

⁵ O projeto, intitulado “As implicações da rádio escola para o processo ensino-aprendizagem”, cita vários princípios advindos da interface comunicação e educação, como: participação social através da comunicação, crítica da mídia, relação com a comunidade, atividades culturais, diálogo com as demais disciplinas e etc.

volume, e, eles mesmos desligavam ou “diminuíam o som”, que logo em seguida era religado pelos alunos participantes diretos do projeto.

Toda a produção noticiosa ficava sob responsabilidade do monitor do Programa Mais Educação (PME), e raramente contava com participação ou sugestão dos discentes envolvidos no projeto, pois, na maioria das vezes, quando estes chegavam, o conteúdo já estava pronto para ser narrado, precisando apenas ser lido e revisado antes da transmissão.

A participação dos estudantes dava-se, sobretudo, na locução e em atividades rotineiras, como ligar e desligar as caixas de som nos horários recomendados. Em relação à programação, os discentes ficavam mais empolgados com o conteúdo musical, trazendo dicas de músicas e participando ativamente. O monitor sempre procurava acatar todos os pedidos, e a demanda musical era grande, contando com a participação não só de alunos do projeto, mas também de outras turmas da escola.

A programação musical não permitia a veiculação de todos os tipos de música, havia algumas restrições estabelecidas pela direção, proibindo a veiculação de canções consideradas de baixa qualidade, por difundirem mensagens ofensivas e/ou preconceituosas. A maioria das canções veiculadas tratava de casos de amor entre homem e mulher, trilha sonora de telenovelas, como *Malhação* e etc. Os ritmos variavam: forró, brega, arrocha, pagode, funk, pop, pop-rock, sertanejo universitário, entre outros.

Mesmo com as “restrições”, a maioria das músicas solicitada pelos alunos e transmitida pela rádio apresenta conteúdo questionável, reproduzindo uma imagem pejorativa da mulher e colocando-a na condição de submissa ao homem. A música intitulada *Gordinho saliente*, da dupla Henrique e Juliano, por exemplo, foi tocada várias vezes durante os programas. Um fragmento da letra diz:

...Que ignorância da sua mãe que te fez tão gostosa assim
Que covardia do seu pai deixar você sair
Cê tem coragem de experimentar esse gordinho?
Cê é boa demais, não deu pra resistir...
...Gordinho saliente, que moleque pra frente
Eu sou a ferramenta de fazer mulher pirar...

Outras músicas muito tocadas na rádio escola, como por exemplo, a canção *Amor de copo*, na voz do cantor Wesley Safadão, relativizam situações de consumo exagerado de bebida alcoólica:

...Eu tô falando é de beber, bora biritar
Pra ficar melhor só se for Open Bar
Tô falando é de beber, de encher a cara
Eu faço tudo e amanhã não lembro nada...

Mesmo assim, durante todo o período de observação, nunca houve qualquer reclamação por parte dos professores ou da direção, e até a fase final deste estudo, essas músicas continuaram a ser veiculadas. Esse é outro fator notável na rádio escola da referida instituição de ensino: a total ausência de engajamento dos professores e da direção com as atividades de comunicação.

Levando em consideração a perspectiva educomunicativa e a própria proposta do Programa Mais Educação (PME) no campo da comunicação, percebe-se uma série de problemas no desenvolvimento do projeto rádio escola dessa instituição. Todavia, antes de partirmos para o relato-diagnóstico, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre o PME.

2.1.1 O Programa Mais Educação (PME) e a perspectiva educomunicativa

O Programa Mais Educação (PME), da Secretaria de Educação Básica (SEB), foi criado a partir da Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constituindo-se “como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral”.

Assim, atualmente são oferecidas às escolas públicas (municipais, estaduais e do Distrito Federal) algumas áreas de atuação por meio das quais o PME pode ser implementado. Essas áreas também são denominadas de “macrocampos”, sendo eles: acompanhamento pedagógico (obrigatório); educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica e, por fim, o macrocampo *comunicação e uso de mídias*, sobre o qual iremos nos deter (MEC, 2014).

Esse macrocampo engloba as atividades de rádio, fotografia, jornal, história em quadrinhos e vídeo. Nos anos de 2008 e 2009 era denominado de “Educomunicação”, porém, desde 2010, ele passou a ser definido com a atual nomenclatura “Comunicação e uso das mídias”. Segundo o MEC, a alteração ocorreu porque a palavra “Educomunicação” ainda não fazia parte do dicionário de língua portuguesa. Todavia, o ministério garantiu que as propostas e conceitos fundamentados em pressupostos educacionais foram mantidos (MOLL, 2011 apud PRÓSPERO, 2013).

Como vimos, o conceito de Educomunicação não se restringe à mera inserção das tecnologias comunicacionais no ambiente escolar. A proposta é bem mais abrangente e complexa, pois envolve mudanças estruturais na relação entre direção, professores e alunos (seguindo uma perspectiva dialógica). Ou seja, a Educomunicação em ambientes formais não pode ser encarada somente como a incorporação de equipamentos tecnológicos à escola, mas sim como parte integrante da própria dinâmica educacional, já que a proposta educacional considera a comunicação como parte intrínseca de uma autêntica educação, e não apenas como mais um recurso didático.

Entende-se que a relação dialógica não é dada pela tecnologia adotada, mais ou menos amigável, mas essencialmente pela opção de um tipo de convívio humano. Trata-se de uma decisão ético-político-pedagógica, que necessita, naturalmente, ser circundada pela definição de tecnologias de auxílio (SOARES, 2011, p. 45).

A retomada desse conceito faz-se necessária para que possamos refletir ao longo desta discussão se o PME, na sua prática, viabiliza a estrutura necessária para que a Educomunicação seja implementada, afinal a utilização do termo “comunicação e uso das mídias” implica uma interpretação reducionista do fazer educacional.

2.1.2 Diagnóstico

A perspectiva de comunicação trabalhada na referida escola estadual segue um modelo instrumental que pouco contribui para o aumento da criticidade dos estudantes. E, diferentemente do que propõe o PME, o macrocampo *Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica* não oferece às escolas a possibilidade de criarem e fortalecerem ecossistemas comunicativos, do mesmo modo, não estimula práticas de

socialização e convivência no espaço escolar, afinal, a forma como a instituição vem trabalhando a comunicação, limitando-a a narração de textos na rádio, por exemplo, não favorece a criação desses ecossistemas.

O desenvolvimento do Projeto Rádio Escola, sem qualquer orientação ou acompanhamento pelo PME e Secretaria de Educação (SEDUC) de Juazeiro-BA, contribui para que ações de comunicação como essas não obtenham êxito. A falta de capacitação ou formação de monitores e professores⁶ envolvidos nesse projeto reflete-se no modo instrumental de trabalhar a comunicação na escola, que apesar de afirmar “basear-se” numa perspectiva educomunicativa, pouco se faz para que ela aconteça.

No estudo de caso aqui abordado, ficou evidente que algumas áreas fundamentais à Educomunicação não são desenvolvidas nessa escola, como por exemplo, a área da educação para a comunicação e leitura crítica da mídia. Isso fica evidente na veiculação das músicas citadas, pois não há qualquer esforço de realizar um trabalho de leitura crítica daquelas letras. A proposta educomunicativa não proíbe a veiculação de conteúdos considerados de “baixa-qualidade” (se esses fizerem parte da realidade do educando), porém exige que ao veiculá-los, seja realizada uma reflexão coletiva sobre as mensagens implícitas naquelas letras. Percebe-se que o modo como o monitor trabalha a comunicação radiofônica com os estudantes, não favorece a criação de ecossistemas comunicativos, abertos e criativos, os quais possibilitariam aprendizado mútuo à comunidade escolar.

Quando a direção da escola simplesmente estabelece que determinadas músicas não podem ser veiculadas na rádio, mas não discute ou problematiza o porquê dessa proibição junto aos discentes, ela não está trabalhando uma perspectiva dialógica, e muito menos educomunicativa, ela apenas dá continuidade a um modelo verticalizado de emitir e fazer cumprir comunicados.

A perspectiva educomunicativa não segue um padrão verticalizado, o qual impõe ou institui algo. Diferentemente, seguindo um modelo que tem como base a Educomunicação, trabalhar-se-ia com a problematização: por que vocês gostam de ouvir essas músicas? O que elas dizem? Vocês perceberam como a mulher é retratada

⁶ Professores e monitor, durante entrevista, reclamaram da ausência de capacitação para lidar com as atividades de comunicação da escola. Segundo eles, a SEDUC e o PME não oferecem qualquer auxílio formativo para desenvolver essas atividades, sendo comum a paralisação de projetos de comunicação devido o monitor não saber lidar com os equipamentos.

na canção? Vocês se identificam com esse perfil? É isso que vocês pensam? Não acham a letra preconceituosa? Dessa forma, através de discussões e questionamentos, os estudantes, por si só, têm a chance refletir sobre o conteúdo musical que costuma ouvir, podendo mudar ou não de opinião. O fato é que a simples restrição sem problematização não leva ao aprendizado.

Outra questão importante no processo educacional é a emancipação dos sujeitos através da participação. Na rádio escola, o monitor do projeto além de “produzir” todo o conteúdo, ainda inviabiliza a participação dos estudantes com dificuldades de leitura, impedindo-os de narrarem os textos, contrariando não apenas uma perspectiva pedagógica e educacional, como também a proposta do PME que propõe a priorização de alunos com baixo rendimento escolar.

O envolvimento com a comunidade, inexistente no projeto Rádio Escola, também se faz fundamental para que os estudantes compreendam a realidade do seu bairro e percebam que a comunicação pode ser uma forte aliada no processo de mobilização e reivindicação que muitas pautas comunitárias exigem. Esse diálogo traz ganhos não apenas para os discentes e a comunidade, mas também para a própria escola, pois a rádio pode ajudar no estreitamento de vínculos entre a instituição e as famílias dos seus alunos, relação essencial no processo educativo.

Entretanto, a prática de rádio escola nessa instituição de ensino, mesmo tendo como base um projeto inicial com ênfase no diálogo e na participação, fortalecido pela proposta educacional do PME, não se fundamenta nesses conceitos. Evidencia-se, pelo contrário, a ausência de envolvimento de professores e alunos, e a desvalorização do projeto, o qual aparenta não fazer parte da escola, estando sob total responsabilidade do monitor.

Problemas como esses se refletem no número de estudantes que frequentam a rádio escola. Mesmo com 30 discentes inscritos no PME, menos de 10 comparecem, e mesmo assim, de forma esporádica, acontecendo encontros com quatro ou cinco alunos. A rádio escola, por todos os motivos já citados, não se torna atrativa para esses jovens, quando, na verdade, poderia aproveitar o evidente interesse desses por músicas e novelas, para trabalhar uma crítica da mídia partindo das suas próprias demandas.

Para além da rádio, o ambiente escolar também não está de acordo com a realidade vivenciada atualmente por esses estudantes. A sala de informática com poucos

computadores funcionando e acesso à internet restrito, não torna essa escola atrativa para uma geração evidentemente conectada às redes sociais e ao universo midiático da comunicação de massa. Todavia, mais que a mera inserção dessas tecnologias, é preciso encarar o desafio de saber trabalhá-las de forma não instrumental, seguindo a perspectiva da Educomunicação.

Dessa forma, percebe-se que a referida escola, repercute um modelo instrumental de trabalhar a comunicação no espaço escolar. Cenário que resulta de uma série de fatores complexos, os quais envolvem desde a formação dos educadores e a falta de infraestrutura nas escolas, até a ineficiência de uma falsa “pedagogia de projetos” instituída pelos programas de educação integral ofertados pelo Estado.

Considerações finais

A Educomunicação vem conquistando cada vez mais espaço no debate acadêmico contemporâneo, principalmente quando se pensa nos desafios impostos à escola, a qual precisa saber lidar com a nova realidade midiaticizada que vivenciamos. Porém, como vimos, o debate em torno das práticas educacionais é muito mais amplo do que a simples inserção das mídias no ambiente escolar. A prática educacional implica uma abordagem dialógica e a participação ativa dos sujeitos.

As transformações sociais sugeridas pela Educomunicação contribuem para a formação de “novas teias de relações” inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas, indo além da proposta da educação pela comunicação. O processo educacional sugere mudanças estruturais nos modelos de gestão educacional, propondo, portanto, um novo “ecossistema”, o qual “exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação” (SOARES, 2011, p. 37).

A partir do estudo de caso aqui relatado, torna-se visível o descompasso entre a proposta educacional, e até mesmo do PME, com as ações realizadas na rádio escola em análise. Os avanços na criação de políticas públicas embasadas em ações educacionais esbarram na ineficiência da fase de execução desses projetos nas escolas.

É preciso criar mecanismos, os quais permitam o real desenvolvimento das ações de comunicação. A proposta do PME é inovadora e representa uma conquista para

o cenário educacional brasileiro no que se refere à implementação de uma educação integral, porém, para que saia do papel e seja desenvolvida conforme o planejado, faz-se necessário repensar a gestão desses projetos, pois as falhas são inúmeras e evidentes.

O diálogo entre Governo Federal, através do MEC, com as Secretarias de Educação, Direções Regionais de Ensino (DIRECs) e escolas públicas, deve ser mais intenso, priorizando uma estrutura de gestão horizontalizada, a qual permita a troca de informações entre os diversos setores responsáveis direta ou indiretamente pela execução dos projetos, oferecendo também mais autonomia a essas instituições, as quais alegam serem obrigadas a cumprir ordens “que vêm de cima”.

Todavia, para além das mudanças necessárias à execução desses projetos, outras questões precisam ser lembradas, e estas envolvem o próprio conceito de Educomunicação.

Como citado, até o ano de 2009, o macrocampo referente à comunicação, no PME, era denominado “Educomunicação”, mas em 2010 recebeu uma nova nomenclatura, intitulada “Comunicação e Uso das Mídias”, que ano após ano vem sofrendo novas alterações. O que está por trás dessas mudanças?

A expressão “Comunicação e uso das mídias” reforça o caráter meramente tecnicista da comunicação, embora no caderno orientador do PME, várias propostas ainda sejam influenciadas pelo campo educacional. Entretanto, chama atenção o fato desta influência vir diminuindo progressivamente. O manual de 2009 mudou muito em relação ao de 2011 e 2013. Em 2011, por exemplo, o termo “Educomunicação” foi citado 16 vezes ao longo das 70 páginas do caderno orientador (PRÓSPERO, 2013, P.137). Já no manual de 2013, “utilizado” pela escola onde realizei o estudo de caso, a palavra é definitivamente eliminada do documento, o máximo que se conseguiu identificar foi a expressão “prática educacional”, citada desta forma mesmo, entre aspas.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre as inúmeras falhas evidenciadas no projeto aqui analisado, pois é nítido um grande distanciamento entre teoria e prática educacional, o que justifica a não efetivação da Educomunicação nesses espaços. Assim, algumas atitudes se fazem necessárias e urgentes para mudar este cenário, entre elas: promover formação/capacitação aos atores envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de comunicação; buscar integrar escola, projetos de comunicação e

comunidade, dando fim à evidente separação entre eles; e possibilitar processos periódicos de avaliação das ações realizadas, permitindo a correção de falhas e o fortalecimento de conquistas.

Referências

BRASIL, M. E. C. Ministério da Educação. Diretoria de currículos e educação integral. **Manual operacional de educação integral**. Brasília, 2013.

CESAR, AMRVC; VALENTINI, Ana Maria Roux. **Método do estudo de caso (case studies) ou método do caso (teaching cases)?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo-Brasil, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2005.

MARTINS, Lúcio Meireles. **Educomunicação para a democracia: o programa Plenarinho e o nível de letramento político infanto-juvenil**. Monografia (Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor). Brasília, 2012.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina, v. 1, n. 1, 2007.

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Consumismo infantil e descondicionalismo da consciência**. Disponível em: <<http://conscienciaeconsumo.com.br/consciencia/consumismo-infantil-e-descondicionalismo-da-consciencia/>> Acesso em: 16 de junho. 2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Afinal, o que é educomunicação?** NCE USP, São Paulo.

_____. **Caminhos da educomunicação na América Latina e nos Estados Unidos**. In Caminhos da Educomunicação, 2ª Ed, São Paulo: Editora Salesiana, 2003.

_____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SUZINA, Ana Cristina. **A contribuição dos meios de comunicação social populares e alternativos ao desenvolvimento da democracia e da cidadania no Brasil**. 2013.